

NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE REFÚGIO

O Núcleo de Pesquisa sobre refúgio (NPR) corresponde a uma das linhas de pesquisa do Programa Tutorial de Ensino (PET) do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio. O NPR oferece aos pesquisadores e às instituições brasileiras análises independentes das informações sobre refúgio e migração no Brasil.

Contato

+55 (21) 3527-1557

nucleorefugio.pucrio@gmail.com

<http://www.iri.puc-rio.br>

<https://www.npriri.org/>



A integração acadêmica do refugiado estudante

Carolina Miranda Futuro, PET-IRI/PUC-Rio

RESUMO

O presente trabalho visa analisar os múltiplos fatores envolvidos na integração acadêmica de um refugiado em um sistema de ensino superior estrangeiro. Devido à sua condição particular, o refugiado que se encontra na universidade deve enfrentar algumas barreiras frente a sua integração acadêmica e social dentro do espaço universitário, que é essencial para a conclusão do ensino. Dessa forma, fatores como adaptação linguística, apoio financeiro, adaptação cultural, entre outros, devem receber atenção especial. Portanto, o artigo tem como principal objetivo apontar tais variáveis que carecem de maior atenção em casos de refúgio e analisar se medidas estão sendo tomadas pelos atores brasileiros para que se assegure a efetiva integração de refugiados que foram admitidos em universidades.

1. Introdução

A prática de refúgio, uma vez que se apresenta como uma ação humanitária que propõe receber pessoas que precisam se mover pois se sentem perseguidas em seus países natais (ONU, 1951), deve ser sempre pensada no sentido do acolhimento amplo. Para que esse seja efetuado, é preciso que uma gama de ações sejam tomadas para que o refugiado seja integrado efetivamente em sua nova sociedade, que ele se sinta como parte de uma comunidade, e consiga participar ativamente em seu novo local. No entanto, na prática,

nem sempre essa integração essencial ocorre, em parte por causa da pouca iniciativa da sociedade receptora de acomodá-los, como também por causa de uma intransigência de governos locais em adotarem certas medidas políticas que facilitariam essa integração (Azevedo et al, 2017). O reconhecimento das particularidades e necessidades específicas que refugiados demandam, portanto, precisam ser melhores abordadas na prática do refúgio. Um campo que ao mesmo tempo representa um caminho efetivo para a integração, e precisa ser melhor abordado por atores locais é a educação.

A educação, segundo as normativas do direito internacional, é um elemento essencial no quesito dos direitos humanos e é sempre apontada pelos tratados sobre refúgio como um direito inegável (ACNUR, 2018). Tais leis definem que é um direito de todo refugiado que se complete o ensino fundamental e médio, de modo que todo e qualquer Estado que aceita refugiados deve prover tais serviços às crianças. O mesmo, porém, não pode ser dito sobre a educação superior. Apesar das organizações internacionais como a ACNUR ou a ONU, ao mencionarem o poder emancipador e integrativo da educação, sempre se referirem à educação em todos os níveis, o acesso à educação superior não é tratada como direito essencial do refugiado, mas segue a lógica de legislações nacionais em que o acesso deve ser permitido de acordo com o mérito individual (ONU, 1951).

Nessa prática porém, se ignora diversas barreiras que se colocam frente ao acesso do refugiado à universidade que não existem em casos de outros estudantes da mesma forma, como a barreira linguística, financeira e de revalidação de diplomas. Por isso, se olharmos para as estatísticas internacionais, somente 1% de refugiados no mundo ingressam em faculdades (ACNUR, 2018). Se permite, assim, a criação de múltiplas deficiências à situação de refugiados que não conseguem seguir seu desejo de participar do ensino superior, como a diminuição das chances já precárias da sua integração no mercado de trabalho formal, e subsequentemente a diminuição de sua qualidade de vida, ou a criação de uma “geração perdida”¹. Além disso, o não acesso à educação superior pode significar um déficit frente a integração efetiva de alguns refugiados. Sendo assim, é preciso que se aumente o número de refugiados em universidades, o que costuma ser feito por meio de ações promovidas pelos Estados, universidades ou organizações que procuram aliviar certas barreiras específicas frente ao acesso do refugiado na universidade.

¹ Estudos chamam atenção para casos extremos em que é possível a criação de uma massa de jovens de um país, que não ingressam na universidade, o que, em casos de crises duradouras e severas, como a da Síria, pode afetar a capacidade da população futura do país, na reconstrução de sua pátria, ao final da crise (Güney, 2017).

Ainda relevante, porém, é a questão da integração do refugiado em universidades após a sua entrada. Isto é, é preciso, além do aumento de adesão de refugiados em universidades, que eles também sejam oferecidos a capacidade de viver uma experiência acadêmica positiva na faculdade, e assim consigam se formar nos seus devidos cursos. Não se compensa, assim, que se tenha um quadro de crescente taxa de ingresso de refugiados em faculdades, mas em troca uma alta taxa de evasão do ensino. Afinal, se este for o caso, temos um indicativo de que o objetivo da integração efetiva não ocorreu, e os possíveis benefícios de um ensino superior nesse caso são perdidos.

Sendo assim, uma vez que para que não se tenha tal “geração perdida”, ou uma contribuição econômica dos refugiados, é preciso que refugiados se formem, e consigam obter seu diploma, não é suficiente que se estude e crie condições somente para a entrada de refugiados em universidades. Ao invés, também é preciso que se atende para a criação de condições para que refugiados consigam completar seu ensino. Ou seja, é preciso ainda fazer uma avaliação da promoção da integração acadêmica de refugiados, em nível social, cultural e financeiro para determinar se existem condições suficientes para que estes atinjam seu objetivo em completo.

No Brasil especificamente, é preciso que se atente ao mapeamento de medidas adotadas para promover a integração completa e efetiva de refugiados, uma vez que se aumenta exponencialmente o número de solicitantes de refúgio, com 86.007 mil solicitações em 2017. Dentre tais refugiados, 33% tem entre 18 e 29 anos, e assim, estão na idade média de participarem na universidade (Ministério da Justiça e da Segurança Pública, 2018). Nacionalmente, o principal órgão que lida com a inserção de refugiados em universidade, é a iniciativa da ACNUR, a Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Nesse sentido, a cátedra procura diminuir certas barreiras frente ao acesso de refugiados à universidade, ao oferecerem, por exemplo, aulas de português para refugiados, assistência monetária e serviços de revalidação de diplomas (ACNUR Brasil, 2018). Resta saber, porém, que ações a organização promove para atender aos refugiados que passaram pelo processo seletivo de entrada a universidades, e que outros órgãos se envolvem com o assunto.

Para que se avalie essas iniciativas, o artigo se concentrará primeiro em investigar teoricamente tópicos que tangenciam a problemática. Assim, a primeira seção da presente pesquisa, se concentrará em realizar uma revisão bibliográfica sobre estudos que envolvem os temas da integração, do sistema de educação superior e de integração acadêmica, de modo a melhor entender as necessidades e especificidades do caso de adaptação de refugiados ao ensino superior. Em seguida, o artigo focará sua análise no caso brasileiro,

assim, promovendo uma tentativa de mapear as iniciativas tomadas por órgãos nacionais ligados ao tema de refugiados ou ao ensino superior, que procuram facilitar a integração acadêmica do refugiado.

2. Análise teórica sobre integração acadêmica

De acordo com Ola Mostafa (2017), o objetivo do processo de integração, seria alcançar uma “harmonia de grupo” (Mostafa, 2017, p. 17). Segundo o autor, apesar de não haver uma definição específica sobre o fenômeno da integração, esse ideal costuma sempre envolver uma noção de incorporação, ou do fim de uma separação. No cenário dos refugiados, essa harmonia se torna extremamente importante, passando a ser defendida por múltiplas convenções impulsionadas pela ONU, uma vez que a incorporação de refugiados às suas novas sociedades, deve ser feita de maneira efetiva para que se consiga fazer possível a convivência entre diversas culturas e de fato proporcionar uma melhoria das condições de vida de refugiados, como se propõe o objetivo do movimento de acolhimento. E, assim, é preciso que o refugiado pelo menos tenha acesso a moradia, tenha a possibilidade de aprender a língua local e consiga utilizar serviços públicos (Moreira, 2012).

É preciso, ainda, que refugiados consigam estabelecer relações sociais com os membros de sua nova comunidade, e então, é importante salientar que, como apontado por Mostafa (2017), o conceito de integração envolve ambos fatores internos como externos. Isto é, é preciso que tanto o refugiado como a sociedade receptora trabalhem em conjunto para assegurar a convivência ideal. Desse modo, Mostafa posiciona como uma condição necessária para a integração efetiva de refugiados, o esforço ativo da população nacional, que, segundo ele, deve reconhecer as diferenças com os refugiados, e identificar as necessidades dessa minoria.

Entretanto, como apontado por Jacqueline Stevenson e Sally Baker (2018), é preciso compreender que na prática tal esforço costuma ser mal sucedido. Em grande parte, isso pode ser atribuído aos efeitos dos discursos feitos ao redor da migração forçada, que frequentemente associa o refugio com a migração ilegal, e com uma ideia de terrorismo, de risco, fazendo com que o refugiado se assemelhe, assim, a vilões da sociedade, ao invés de alguém a ser integrado como qualquer outro membro de uma comunidade.

Existem, porém, iniciativas, motivadas pelas normas internacionais, que visam à uma integração efetiva. Uma das muitas iniciativas que podem ser tomadas nessa jornada poderia ser a inserção de refugiados no sistema de educação superior. Não obstante, a retórica usada pela mídia e por políticos que cria uma imagem subjetiva de refugiados, tem repercussões nas universidades, como uma crescente intolerância e uma grande inflexibilidade sistêmica (Stevenson et al, 2018).

Nesse sentido, a literatura sobre o acesso à educação, segundo Isil Güney (2017), passou por uma evolução em que diversos significados da educação em nível superior foram adotados, se tornando mais ou menos suscetíveis à adoção de alguma medida de facilitação de ingresso para refugiados, e minorias em geral. Até a década de 1960, o campo foi dominado pelas teorias funcionalistas, onde acreditava-se que a educação deveria ser tratada como um canal para a modernização de desenvolvimento de uma sociedade, sendo as instituições de ensino um local que proporciona equidade aos cidadãos, baseadas na meritocracia.

Mais tarde, porém, os estudos sobre o tópico se concentraram mais para uma vertente que Güney denomina de teóricos do conflito, em que se criticava teorias prévias por serem descoladas da realidade, e assim defenderem uma visão de mundo ideal onde conceitos como a meritocracia são efetivos, quando, na realidade essa funciona como um reforço das desigualdades já existentes. Aqui, se entende que a escola tradicional reproduz condições e identidades sociais que moldam as chances de indivíduos.

Além dessas, Güney identifica como mais proeminente no campo de estudos sobre educação atualmente, as teorias econômicas que visam avaliar o retorno econômico que a educação superior proporciona. Aqui, se considera que uma participação maior de alunos em instituições de ensino significa um maior crescimento econômico. Por isso, segundo Güney, se adota o conceito de “Widening Participation” (WP), um termo que costuma se referir a uma tentativa de aumentar o número de estudantes provenientes de grupos minoritários em universidades, ou seja, aumentar tanto o número quanto a diversidade de estudantes.

Esse conceito surgiu a partir de uma clara distinção entre padrões de participação no ensino superior, destacando que jovens de grupos minoritários não tinham uma representação igualitária na faculdade, o que era visto como “injusto” (Evans et al, 2017). Dessa forma, se visa obter uma visão mais ampliada das possibilidades de acesso à universidades, que garantam uma maior participação da população como um todo. Não só essa iniciativa visa uma inclusão de grupos étnicos, sociais e culturais mais amplos, como

também pode servir para compreender melhor estudantes mais velhos, ou aqueles que trabalham. A esperança para as instituições e governos que adotam esse princípio é que pessoas que não consideravam a educação como viável, seja por causa de barreiras institucionais, sociais, culturais ou econômicas, se sintam mais motivadas em aplicar para a universidade (Action on Access, 2005).

É importante, porém, apontar que tais iniciativas em geral tiveram sucesso limitado, não conseguindo adotar medidas que garantam total paridade entre os grupos de estudantes universitários. Stevenson e Baker (2018), apontam que o aumento da demografia é resumido recorrentemente em um aumento de acesso para mulheres, e estudantes mais velhos, porém raramente se traduz para uma diversidade socioeconômica. Tal fato, em troca, pode ser sustentado pelo sustento do conceito em teorias econômicas, e assim a tendência do discurso da WP ser sempre associado à uma justificativa lucrativa, ao invés da justiça social.

Essa limitação pode ser associada ao fato de que esse conceito, não é igualmente adotado por todas as instituições que o defendem. De acordo com Güney, existem 3 tipos de respostas de instituições para a adoção da WP: a acadêmica, a utilitária, e a transformativa. Dentre as três, as duas primeiras entendem que um baixo número de estudantes se deve às suas competências individuais - os potenciais alunos não tem aspirações ou não tem capacidades suficientes. Assim, essas iniciativas não objetivam uma mudança institucional. Ou seja, aqui se busca que os alunos mudem para se conformarem às universidades: é dado suporte para que se consiga se adaptar às antigas instituições. Nesse sentido, Stevenson e Baker (2018) apontam que o refugiado raramente é pensado de forma positiva se olhado como um grupo. Ou seja, é possível ver que quando a mídia trata de refugiados como um grupo, ela se volta frequentemente à práticas de desumanização, como evitar mostrar os rostos desses indivíduos. Porém, há também um movimento inverso que mostra o refugiado individual como um herói, transmitidos por histórias pessoais, daqueles que de certa forma conseguiram quebrar as expectativas, e serem bem sucedidos apesar de suas circunstâncias. Essa narrativa pode ser adotada por universidades que contam os relatos de refugiados que conseguiram se inserir no sistema de estudo, mas que acabam por um lado, colocando a universidade como uma provedora desse sucesso, funcionando como uma estratégia de marketing, e não compreendem as características que impedem o acesso do grupo de refugiados ao ensino superior. Então, a universidade se torna a real heroína, apesar do fato de imporem barreiras sistêmicas frente ao acesso de refugiados à universidade (Stevenson et al, 2018), e como se contam as

narrativas daqueles refugiados que conseguiram se conformar aos padrões institucionais vigentes, uma reforma estrutural se mostra desnecessária. Aqui, então, há uma falsa sensação de que se um refugiado consegue vencer suas circunstâncias e se formarem na faculdade, qualquer refugiado consegue, e assim se impõe uma situação que não contribui para a implementação de uma mudança estrutural, mas que talvez suporte as tais medidas de WP acadêmica e utilitária.

É somente a terceira abordagem, a transformativa, que não se conforma à essa regra do foco no indivíduo. Aquelas instituições que adotam essa resposta, tendem a entender que é a própria universidade que deve se adaptar e se transformar, conseguindo adotar alunos mais diversos. Aqui, portanto, temos uma transformação na própria universidade, o que envolve uma mudança no conteúdo dos cursos, estruturas de organização e no processo de admissões. Sendo assim, não se entende nesse caso que o motivo pelo qual não existe diversidade no ensino superior resida em problemáticas dos indivíduos que não se inserem no sistema, mas ao invés se entende que a própria estrutura se mostra intransigente com grupos diversos de pessoas.

Uma vez que o princípio de WP possui a denotação de ampliar o acesso à educação superior, e prezar por uma abrangência social nesse aspecto, o refugiado, nesse caso, pode ser inseridos em um grupo maior de minorias sociais que seriam abrangidas pelo WP. Ainda assim, para que se consiga ter uma mudança duradoura da situação, é preciso que se implemente uma abordagem transformativa, que justamente olha para a questão de modo estrutural e não individual, e assim consegue atingir o objetivo do acesso a universidade pelo grupo de refugiados, ao invés de se obter alguns casos de indivíduos fora da norma. Então, se torna importante entender que refugiados, ou migrantes em geral, possuem questões secundárias mais específicas que precisariam serem abordadas por essa mudança transformativa. Nesse tópico, estudos (Stevenson et al, 2007; Güney, 2017; Dryden-Peterson et al, 2010) apontam para algumas dessas questões, que além das barreiras mais comuns como as condições de admissão de faculdades, os custos necessários para essa experiência, e características sócio-econômicas, contam também com variáveis como as questões da barreira linguística, do reconhecimento de estudo prévio, falta de um suporte social, falta de estímulo, receio de discriminação, entre outros.

Mais a fundo, porém, se olharmos para a experiência do refugiado durante os seus anos de estudo na faculdade, é importante lembrar que somente a vertente do princípio de WP transformativa, que poderá servir de mudança para a melhora da integração acadêmica do refugiado na faculdade. Isto é, além de procurar incentivar e facilitar a

entrada de refugiados em universidades, a WP transformativa, possui uma abordagem mais holística, que promova uma reestruturação completa do ensino superior, e que poderia então se atentar para algumas necessidades de refugiados durante a sua graduação. É importante lembrar, porém, que esse tipo de implementação da WP é apontada como Güney (2017), como a mais rara, e que diverge mais da definição original de WP, associada a teoria da educação econômica.

Ainda assim se adotada, a WP transformativa poderia aplicar algumas transformações na faculdade que procuram facilitar o dia-a-dia do estudante universitário, e do refugiado estudante. É importante se atentar para isso uma vez que a integração do refugiado a sua sociedade hospedeira e ao mercado de trabalho da mesma depende em grande parte da conclusão do ensino superior. Nesse sentido, é preciso assim, se assegurar que as taxas de evasão de refugiados do ensino superior seja baixa, o que pode ser alcançado pelo entendimento da dimensão da interação social dentro do espaço da universidade, e a sua influência na integração acadêmica de refugiados, que os incentivarão a de fato concluírem as suas educações. Diversos estudos já realizados observam a relação entre a performance acadêmica de estudantes e o nível de integração social do mesmo. A integração social seria, de acordo com Rientes (2011), o nível em que os estudantes se adaptam ao modo de vida social universitário.

É uma opinião compartilhada nesse campo que os estudantes bem sucedidos costumam participar tanto na dimensão acadêmica na universidade, quando na cultura universitária. Quanto mais socialmente integrado, assim, mais provável é que o estudante se forme. Há portanto, uma gama de ajustes frente ao sucesso de estudantes, como o acadêmico, o social, que irá se preocupar com as relações interpessoais entre seus pares na universidade, o emocional, que irá avaliar o nível de estresse psicológico que essa transição traz, e o comprometimento que vai refletir o nível de conexão entre o estudante e a universidade (Rientes et all, 2011)

No Brasil especificamente, Suely Polydoro (2001), também identificará em seu estudo alguns aspectos que irão influenciar o sucesso de estudantes em geral no sistema de educação superior brasileira. Segundo os autores, a integração universitária é um processo extremamente individual, e dependerá precisamente de uma caracterização psicológica do universitário, mas ainda assim, a integração mais geral a universidade irá representar uma variável determinante para os níveis de evasão no ensino superior. Existem, especificamente 4 dimensões relacionadas a tal integração. São elas: o ajuste acadêmico, que se relaciona a capacidade do estudante de suprir as demandas educacionais da

instituição, o ajuste social, se referindo à capacidade do estudante de construir relações pessoais com os outros estudantes, e o ajuste pessoal, que se refere ao estado psicológico. Por fim, ainda se considera a aderência do estudante, que vai avaliar o quanto o estudante se sente conectado, e assim impulsionado a se empenhar nas universidades, ao curso que escolheu.

Se percebe portanto, que ambos estudos abordam aspectos de integração de modo bastante semelhante, relevando, em geral, lados acadêmicos, sociais e psicológicos. Ademais é importante ressaltar que o estudo de Polydoro (2001) avalia que tais fatores externos também irão influenciar na efetividade dessa integração estudantil: tanto o ambiente, ou seja, a própria instituição universitária, quanto os demais estudantes, devem conseguir responder às necessidades do indivíduo. Esses são especialmente relevantes em casos de estudantes estrangeiros.

No caso de estudantes internacionais, ainda, é preciso considerar outros fatores pessoais, como os choques culturais, o sentimento da discriminação, ou a saudade da pátria, que aumentam seu nível de estresse e dificultam a integração. Assim, além das variáveis apontadas nos estudos anteriores, precisamos agora lembrar que nesse caso, os estudantes internacionais precisam se esforçar mais do que o normal para estabelecer uma integração social, pois toda a sua rede de relações, familiares e sociais, não costumam estar presentes nessa nova sociedade. Para que se forme uma nova rede social, porém, é sempre preciso considerar a questão das diferenças culturais entre dois grupos, e que é uma variável necessária a aceitação do grupo receptor (Polydoro, 2001). Temos, portanto, um processo relacional entre os indivíduos envolvidos, que irá se debruçar sobre a forma de como essas culturas interagem, e como elas se transformam mutuamente, um processo que costuma ser mais agudo quanto mais diferente as culturas em questão são.

Dessa forma, a questão das circunstâncias étnicas entram nesse caso como um fator decisivo no processo da integração social, e em extensão na integração acadêmica de estrangeiros. Uma vez que cada estudante tem uma variedade de experiências prévias educacionais, metodológicas, culturais e familiares que os caracterizam como um certo tipo de aluno, tanto acadêmica quanto socialmente, isso pode dificultar a sua experiência na universidade, dependendo das diferenças culturais associadas em cada caso.

O artigo de Carla Silva, José Luís Abrantes e Isabel Duarte (2009) sobre a integração de alunos em universidades portuguesas, aqui, pode contribuir para a análise de integração com o uso da ISA, ou Escala de integração social e acadêmico. Ela é apontada pelo artigo como sendo uma ferramenta que consegue compreender diversas dimensões

atribuídas a integração de alunos em faculdades, possuindo três dimensões, cada uma com diversos fatores. As dimensões se caracterizam como a pessoal, a social e a acadêmica, que destacaram aspectos psicológicos, econômicos e sociais já mencionados por outros artigos de modo sistematizado, como exposto na tabela 1. Dentre as variáveis apontadas, algumas se destacam em especial para casos de estudantes refugiados: o apoio familiar, o domínio da língua, o apoio financeiro, e a tolerância cultural.

Tabela 01: Escala de Integração social e acadêmica

ISA	Dimensão pessoal	Dimensão social	Dimensão acadêmica
	Bem-estar físico e psicológico	Relação com professores e colegas	Preparação acadêmica anterior
	Equilíbrio emocional	Laços de amizade	Satisfação com o curso
	Autoconfiança	Tolerância cultural	Bom desempenho acadêmico
	Apoio familiar	Bom ambiente acadêmico	Qualidade das infraestruturas
	Motivação	Participação extra-curricular	Serviços de escola, acolhimento e receptividade
	Domínio da língua		Programas institucionais de apoio
	Autonomia e independência		
	Apoio Financeiro		

Pode-se supor, então que se acresce às condições usuais de integração de alunos, algumas dificuldades particulares de casos de alunos refugiados. Acresce-se por exemplo, a questão do apoio familiar, que pode ser diferente para o caso de refugiados. Por um lado, é possível que se apresente um caso em que haja uma separação familiar no processo de deslocamento, e dessa forma tal refugiado que se insere em um contexto universitário pode não ter consigo uma rede de apoio de seus familiares presente.

Além disso, destaca-se também a variável que se refere ao domínio da língua, que é um fator de dificuldade adicional para refugiados. Não é raro casos em que refugiados chegam aos seus países hospedeiros e não sabem falar a língua local, precisando dessa forma, mesmo antes do ingresso a faculdade se familiarizar com a mesma em nível acadêmico. Ainda assim, o processo de aprendizado de uma nova língua, e o costume de se

comunicar através dela, no lugar de sua língua materna é um processo demorado e complexo que não costuma ser atingido com facilidade ou na sua completude. Visto assim, podemos supor que a variável que se refere a capacidade linguística de alunos para a sua integração no ensino superior se mostra ainda mais aparente no caso de refugiados. Além disso, vale lembrar que Silva et al, destacam que há uma relação consequencial entre essa variável linguística e outra variável importante de integração, que diz respeito ao nível de independência e autonomia do aluno, que é necessária uma vez que a própria transição para o ensino superior implica necessariamente um processo de mudança e adaptação a novos papéis e responsabilidades.

Um terceiro fator conta ainda com a variável do apoio financeiro. Se destaca no caso de refugiados universitários a necessidade de um apoio financeiro providenciado pela universidade ou o governo, uma vez que é de praxe que refugiados passem por dificuldades econômicas em seus países hospedeiros devido a dificuldade de se arrumar um emprego de boa remuneração ao chegar em uma nova sociedade. Se constitui, portanto, uma terceira barreira a integração social e acadêmica de refugiados em seu papel de alunos universitários.

Ademais, no que se refere aos valores sociais que contribuem para a integração acadêmica, a tolerância cultural se destaca como principal obstáculo entre o refugiado e a sua integração com o ambiente universitário. Nesse sentido, se mostra que existem fronteiras entre etnias que podem prejudicar a habilidade do refugiado de interagir com os demais alunos e seus professores, prejudicando assim a sua integração. Ao mesmo tempo, é possível também que tais fronteiras étnicas se caracterizem como um espaço de contato, intercâmbio entre dois grupos que interagem apesar de suas diferenças. Tal discrepância, porém, dependerá do caráter dos dois grupos envolvidos. Aqui, se destaca a importância do papel das comunidades locais no caso de refugiados. Isto é, como defendido por Loshini Naidoo (2018), podemos utilizar o conceito de violência simbólica de Bourdieu, e aplicá-lo nessa situação para que se possa compreender o significado da tolerância cultural, e a existência de redes sociais entre a população local e o refugiado para a análise da integração e desempenho acadêmico. Ao considerar a ação pedagógica como uma violência simbólica, na imposição de uma cultura por um poder arbitrário, refugiados se familiarizam com diversos discursos e práticas do Estado, da comunidade, e de universidades, que são internalizadas como mensagens culturais, e acabam percebendo as suas limitações sociais naquela situação. Assim, ao passo que refugiados se tornam consciente de sua posição social e seu capital cultural limitado, suas identidades são afetadas por um senso de limite, portanto, refugiados podem se sentir muito pouco

motivados a buscarem uma educação em nível superior. Sendo assim, Naidoo conclui que o apoio da comunidade local, como a criação de iniciativas que assistem nesse procedimento de ingresso, ou professores que se empenham pessoalmente com refugiados faz completa diferença no caso de refugiados que desejam ser incorporados em universidades (Naidoo, 2018).

Portanto, pode-se observar que ao passo que a integração social na universidade é essencial para que não se tenha um fenômeno crônico de evasão do ensino, e que refugiados em especial se tornam um grupo que possui certas dificuldades adicionais, ou mais graves frente a tal integração é preciso que se considere ainda tais obstáculos frente ao acesso de refugiados a um diploma universitário. Caso tais fatores, ao contrário não forem atentados, é possível que se crie então um ambiente em que se desmotive os refugiados de perseguirem uma graduação, o que também é um fator que a ISA aponta como algo que influencia o sucesso de estudantes. De qualquer forma, destacam-se 4 variáveis que se devem ser ainda mais atentadas que as comuns, em casos de refugiados para assegurar a sua integração efetiva nas universidades. São elas: o apoio financeiro, o domínio da língua, o apoio familiar e a tolerância cultural.

3. Medidas observáveis no Brasil

No Brasil, segundo o relatório sobre o perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil, produzido pela ACNUR em 2019, em média o nível de escolaridade de refugiados é maior do que o brasileiro. Ainda assim, somente 34,4% haviam concluído o ensino superior (ACNUR Brasil, 2019), e considerando ainda que quase 33% de todos os refugiados no Brasil terem entre 18 e 29 anos (Ministério da Justiça e da Segurança Pública, 2018), há portanto, um número considerável de refugiados que podem estar interessados em ingressar na universidade. Foi ainda apontado diretamente pelo relatório que uma grande maioria dos refugiados abordados pela pesquisa demonstraram interesse em continuar os seus ensinamentos, mostrando que dentro da amostra, 78% desejavam continuar seus estudos, porém, desses, somente 8% se declararam estudantes (ACNUR Brasil, 2019).

Outro dado interessante apontado pelo relatório chama atenção ao fato de que entre refugiados é extremamente comum estar desempregado, ou trabalhando fora de sua área de especialidade, o que faz com que a saída mais comum encontrada por eles seja o investimento em uma tentativa de empreendedorismo, e que mesmo assim, a renda

mensal de um refugiado no Brasil hoje em dia, é de 3.000 reais (ACNUR Brasil, 2019). Sendo assim, uma tentativa com sucesso de uma graduação em uma universidade brasileira, e a obtenção de um diploma do próprio ensino superior brasileiro, pode melhorar as chances de refugiados de se integrarem no mercado de trabalho formal nacional.

Como principal ator no campo da educação superior no Brasil para refugiados, se destaca a Cátedra Sérgio Vieira de Mello. A Cátedra é um projeto da ACNUR de 2003, que tinha como objetivo primordial expandir o conhecimento sobre o conhecimento acadêmico na área de refúgio na América Latina, mas que com os anos expandiu seu âmbito para a prestação de serviços aos refugiados. Com essa mudança de rumo, o projeto foi relançado em 2010 com uma organização em três pilares: ensino, pesquisa e extensão. Enquanto as duas primeiras se concentram com a oferta de cursos sobre refúgio e a publicação acadêmica sobre o assunto, é a vertente da extensão que incentiva universidades a abrir vagas para refugiados (Moreira, 2015). O programa pode ser implementado por iniciativa autônoma de universidades no Brasil, que podem escolher adotá-lo em sua completude, ou parcialmente. Atualmente, 11 universidades brasileiras² adotam o programa da cátedra no sentido da extensão e promovem então o ingresso facilitado para refugiados, o que significa um total de 374 vagas na área de ciências exatas, biológicas e da saúde, e humanas. De acordo com dados da CVSM, porém, somente 86 dessas vagas foram preenchidas até junho de 2018 (ACNUR Brasil, 2018). Essas universidades, ao implementar o programa, adotam algumas das 6 medidas propostas pela organização, como a criação de um processo seletivo específico, a concessão de bolsas de estudo, a assistência na revalidação de diplomas de graduação ou pós-graduação, programas de assistência social, entre outros.

Quanto à questão da assistência ao refugiado durante a sua estadia no ensino superior, pode-se verificar que a CSVM promove certas ações que contribuem para a integração acadêmica do refugiado, facilitando a sua adaptação quanto a três das quatro variáveis destacadas acima: o apoio financeiro, o domínio da língua e o apoio familiar.

No âmbito do apoio financeiro, além de assegurar que bolsas sejam dadas a refugiados no seu ingresso a faculdade, os aliviando da taxa de mensalidade em

² Fundação Casa de Ruy Barbosa; Universidade Católica de Santos (Unisantos); Universidade de Brasília (UnB); Universidade de Vila Velha (UVV-ES); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Paraná(UFPR) ; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (ACNUR Brasil, 2018)

universidades privadas (ACNUR Brasil, 2018), a CSVm também promove outras iniciativas que provêm um apoio monetário. Dentre elas se destacam serviços de saúde, assessoria jurídica, e um programa de apoio à permanência do Brasil, que além de por parte oferecem bolsas a refugiados também procuram assegurar o acesso gratuito deles a outros serviços. A CSVm então, incentiva que universidades vinculadas se engajam a garantir o acesso a serviços de saúde essenciais, permitindo por exemplo, o acesso ao hospital da clínica do departamento de saúde da faculdade, assim como a promoção de aulas de capacitação e sensibilização de profissionais da área sobre o assunto. Em 2018, 8 faculdades³ adotam esse serviço, dessas, 4 faculdades⁴ também oferecem o processo seletivo diferenciado para refugiados, e as outras 4 se localizam nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo (ACNUR Brasil, 2018), de forma que os refugiados que participam na Universidade pela iniciativa da CSVm em Brasília, no Rio Grande do Sul e no Paraná não tenham acesso a tal serviço. Além disso, quando ao serviço de assessoria jurídica, a CSVm entendem que as universidades a si vinculadas devem se envolver em promover a proteção jurídica dos mesmos, os garantindo o acesso a justiça, de forma economicamente acessível. Essa iniciativa conta com a adoção de 11 universidades brasileiras⁵, das quais, 6⁶ tem vagas reservadas para refugiados (ACNUR Brasil, 2018), o que faz com que aqueles refugiados nas outras universidades conveniadas a CSVm no sentido da extensão em São Paulo e em Brasília, não tenham acesso a esse serviço. Além dessas iniciativas, também se destaca o programa de apoio à permanência no Brasil que visa a permitir que os refugiados consigam arcar com as outras despesas relacionadas à universidades, o que é oferecido pelo acesso a bolsas como auxílio permanência, moradia, alimentação, entre outros. Em 2018, 11

³ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Universidade Federal Roraima (UFRR); Universidade de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP); Universidade de Vila Velha (UVV-ES)

⁴ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal Roraima (UFRR); Universidade de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP); Universidade de Vila Velha (UVV-ES)

⁵ Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade Federal da Paraíba (UEPB); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade de Vila Velha (UVV-ES)

⁶ Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade de Vila Velha (UVV-ES)

universidades⁷ ofereciam tal programa, das quais 9⁸ recebem alunos refugiados (ACNUR Brasil, 2018), fazendo com que os refugiados estudantes no Rio de Janeiro e em Roraima não tenham possibilidade de obter tais bolsas.

Além do apoio monetário, a CSVM também ajuda refugiados quanto ao aprendizado da língua portuguesa. Nesse sentido, são 15 universidades⁹ que se disponibilizam a oferecer aulas gratuitas de português (ACNUR Brasil, 2018), sendo esta a iniciativa mais difundida da Cátedra, não deixando nenhum Estado sem tal oportunidade.

Por fim, quanto ao apoio familiar, para aqueles refugiados que se movem sozinhos, e assim podem sofrer deficiência nessa variável da integração, uma medida adotada pela Cátedra que pode contribuir para a melhora da situação do refugiado é um apoio de saúde mental e apoio psicossocial. Assim, a CSVM busca garantir o bem-estar psicológico de refugiados com a associação a departamentos de universidades, que oferecem o apoio psicológico aos refugiados. Atualmente, são 11 universidades¹⁰ que adotam a iniciativa (ACNUR Brasil, 2018), resultando em somente o estado de Brasília que não tem tal extensão do programa da Cátedra.

Quanto à variável que se refere a tolerância cultural, como um fator mais subjetivo, não há iniciativa da cátedra que lide diretamente com tal objetivo em mente. Porém, ao promover um eixo que incentiva a elaboração de grupos de pesquisa voltados à investigação do tema de refúgio, financiando pesquisas a serem publicadas, a oferta de cursos sobre o mesmo (ACNUR Brasil, 2018), a Cátedra de certa forma também expande o conhecimento sobre o tema, e assim permite uma maior conscientização disponível tanto

⁷ Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Brasília (UnB); Universidade de Campinas (UNICAMP); Universidade Católica de Santos (UNISANTOS); Universidade de Vila Velha (UVV-ES)

⁸ Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Brasília (UnB); Universidade de Campinas (UNICAMP); Universidade Católica de Santos (UNISANTOS); Universidade de Vila Velha (UVV-ES)

⁹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade de Brasília (UnB); Universidade de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP); Universidade de Vila Velha (UVV-ES)

¹⁰ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP); Universidade de Vila Velha (UVV-ES)

para alunos universitários quanto para professores, o que pode contribuir para uma melhora na tolerância cultural.

Quanto a este tópico ainda é importante lembrar que, como apontado por Ola Mostafa (2017), a integração é um processo bilateral, no sentido em que tanto a população nacional quanto a população refugiada devem agir ativamente para promover uma harmonia de grupo. Sendo assim, é necessário que se veja um trabalho em conjunto. Como tendência demonstrada pela população de refugiados no Brasil, como apontado pelo relatório socioeconômico da ACNUR (2019), é quase um consenso entre refugiados, o desejo de ser parte integrante ativa da sociedade brasileira. Nesse sentido, 96,3% dos entrevistados demonstraram interesse em se tornarem cidadãos brasileiros, enquanto 80,6% desejavam votar (ACNUR Brasil, 2019). Sendo assim, é perceptível que há grande engajamento por parte de refugiados em se tornarem parte de uma comunidade nacional.

Por outro lado, aponta certas barreiras institucionais que refugiados enfrentam em seu dia-a-dia no Brasil, até mesmo na área educacional, indicando a baixíssima taxa de refugiados que conseguem obter uma revalidação de diploma (3%) (ACNUR Brasil, 2019). Indica-se também, certas barreiras apontadas por refugiados resultantes de interações com a população brasileira: o fator “ser estrangeiro” é constantemente referenciado no relatório como uma dificuldade do sucesso de uma tentativa de empreendedorismo, ou motivo de preconceito, que cerca de 41% dos entrevistados admitiram ter sofrido (ACNUR Brasil, 2019). Porém, outras tendências conflitantes são apontadas: ao mesmo tempo que 91% dos refugiados apontados no relatório consideram que tem amigos brasileiros, somente 28,5% participam de alguma associação oficial, e 23,4% admitiu participar de atividades sociais somente dentro de seu círculo nacional (ACNUR Brasil, 2019). Se configura então, um quadro em que “há ainda muito caminho a percorrer em termos de integração para parte significativa dos refugiados hoje instalados no Brasil” (ACNUR Brasil, 2019, p. 14).

No âmbito do papel das faculdades, é possível verificar que em todas as universidades com vagas para refugiados há a promoção, como mencionado anteriormente, de eventos acadêmicos, e aulas sobre o tema de refúgio, organizador muitas vezes pela própria CSV. Ademais, a pesquisa em sites de tais universidades mostra que poucos outros eventos culturais são promovidos. Dentre as 11 universidades com vagas para refugiados, somente 4¹¹ universidades registraram em seus sites que promoveriam um evento celebratório no dia do refugiado, enquanto somente 1 universidade, a Unisantos,

¹¹Fundação Casa de Ruy Barbosa; Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal do ABC (UFABC); Universidade Federal do Paraná (UFPR) (Universidade Federal do Paraná, 2019a; Unicamp, 2019; Universidade federal do ABC, 2019; ONU Brasil, 2019)

tem em seu site uma campanha para a promoção de apadrinhamentos de refugiados (Universidade católica de Santos, 2019). Além disso, somente 1 universidade, a Universidade Federal do Paraná registrou em seu site a promoção de outros eventos culturais que visavam essa interação, como uma exposição de painéis com histórias de refugiados (Universidade Federal do Paraná, 2019b; Universidade Federal do Paraná, 2019c) Assim sendo, somente 5 universidades das 11 que promovem vagas para refugiados promovem eventos culturais de interação entre refugiados e os demais estudantes, segundo os eventos que estão registrados em seus sites oficiais. Portanto, nota-se que em grande maioria, são somente eventos acadêmicos promovidos para na esperança de se expandir a conscientização sobre o tema de refúgio, enquanto eventos culturais que podem promover uma interação mais pessoal entre brasileiros e refugiados são uma minoria perceptível.

4. Conclusão

O quadro em que o Brasil se encontra atualmente no que diz respeito ao recebimento em massa e crescente de refugiados é um assunto ao qual é preciso chamar atenção. Recebendo então milhares de refugiados por ano, o Brasil se torna responsável pelo acolhimento e bom tratamento de tantas pessoas a mais. Sendo assim, é preciso que se promova ativamente práticas de bom acolhimento para refugiados e que se integre os mesmos na sociedade brasileira ativamente.

De acordo com o relatório socioeconômico dos refugiados no Brasil da ACNUR (2019), uma vasta maioria dos refugiados desejam fazer parte de uma comunidade brasileira, porém na prática tal desejo não é bem implementado. No campo da educação superior, por exemplo, apesar de grande parte dos refugiados no Brasil expressarem um desejo de continuarem seus estudos (ACNUR, 2019), temos somente um programa, da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, que promove a criação de vagas especificamente para refugiados em universidades brasileiras. Como a CSVN, nesse sentido, é adotada por 11 universidades, temos um total de 374 vagas para refugiados, das quais somente 86 estão preenchidas em 2018 (ACNUR Brasil, 2018). Portanto, apesar de haver esforços para facilitar a entrada de refugiados ao ensino superior no Brasil, esse ingresso ainda não se mostra universalmente viável.

Mais a fundo porém, se mostrou necessário se atentar para as próprias condições e demandas de refugiados que se tornam estudantes universitários, uma vez que o próprio

objetivo de se promover o ingresso de refugiados na universidade é assegurar que estes tenham uma melhora nas suas qualidades de vida, uma melhor chance de se inserirem no mercado de trabalho, e de se integrarem, o que é dependente por sua vez na possibilidade dos refugiados de completarem os seus estudos. Dessa forma, é preciso se olhar para as condições presentes nas sociedades para que refugiados consigam ter um sucesso acadêmico.

Esse sucesso acadêmico, por sua vez, é em grande parte dependente de uma integração social, financeira e cultural do refugiado na universidade. As abordagens teóricas, assim, constantemente apontam que uma boa experiência educacional para estudantes universitários é dependente do nível de integração social dos mesmos nesse novo ambiente. Mais especificamente, esse sucesso acadêmico é associado em geral a uma integração acadêmica, social, pessoal e do nível de comprometimento do estudante ao seu curso. Se destaca ademais que esse processo é algo extremamente individual, já que depende muito do estado mental de cada indivíduo. Porém, há também uma variável externa relevante.

Assim, ainda que o aspecto pessoal de cada estudante seja primordial para assegurar a integração efetiva de estudantes em universidades, a questão do acolhimento do ambiente também é considerada. Isto é, se aponta que também é preciso que as circunstâncias que as universidades apresentam permitam que uma integração ocorra, ou seja, respondendo às necessidades interativas de estudantes. Porém na prática, a compreensão contextual da universidade pode nem sempre ser suficiente. Por isso, existe a abordagem do conceito de WP transformativa que visa a uma mudança institucional de universidades para que se consiga absorver alunos mais diversos como integrantes desse espaço.

Ainda assim, essa adoção transformativa é somente uma de três maneiras que a WP pode ser implementada, e a única que identifica a solução para o aumento da diversidade na universidade na estrutura e não no próprio estudante. Ao passo que assim essa abordagem transformativa é a menos provável de ser adotadas na atualidade, é igualmente menos provável que haja a promoção real de uma mudança socioeconômica do perfil de estudantes universitários. Não obstante, a implementação de tal medida poderia ajudar a compreender melhor as necessidades que os estudantes enfrentam para que consigam se integrar ao ensino superior efetivamente, e assim terem mais chances de completar as suas formações.

Dentre tais diversas variáveis para a integração social, acadêmica e pessoal do estudante, há algumas ainda que se destacam como especialmente problemáticas no que diz respeito aos casos de estudantes que são refugiados. Nesses casos, fatores como a falta de apoio familiar e financeiro, a dificuldade frente ao domínio da língua e uma intolerância cultural são todas variáveis que recorrentemente aparecem frente ao sucesso do refugiado em sua trajetória na universidade, e assim podem impedir que ele se forme, e consiga ser integrado na universidade e na sua sociedade local.

No Brasil, se identifica principalmente como ator que promove essa integração e uma facilitação da obtenção de tais necessidades frente a integração, a Cátedra Sérgio Vieira de Mello. Com programas de bolsas de assistência, assessoria jurídica, apoio a saúde, e psicológico e o oferecimento de aulas de português, a cátedra dá conta de três das quatro variáveis apontadas como críticas nos casos de refugiados, Quanto a ultima variável que representa o nível de tolerância cultural com os refugiados, não há uma iniciativa da CSVN que se concentre especificamente nisso, ainda que os eventos acadêmicos de discussão sobre refúgio podem trazer uma maior conscientização de alunos e professores que leva a uma diminuição da intolerância. Ainda mais, é possível notar que algumas universidades por si promovem eventos culturais que tem como objetivo a promoção de alguma interação social entre refugiados e os demais alunos e professores do estabelecimento.

Ainda assim, mesmo com as iniciativas acima registradas, é importante notar que não se pode dizer que há um atendimento completo das necessidades de refugiados em nenhuma das quatro variáveis. Ainda que os programas incentivados pela CSVN sejam expansivos, eles não são igualmente adotados pelas universidades com vagas para refugiados, de forma que em qualquer iniciativa, em excessão a de aulas de português, há sempre alguma universidade que não adota alguma das iniciativas citadas, e assim não consegue acomodar esses diversos fatores frente a integração. Porém, é importante notar que a principal barreira frente essa integração é justamente aquela que apresenta o menor numero de iniciativas: a promoção de eventos acadêmicos podem servir como uma medida indireta para a criação de tolerância, e além disso a promoção de outros tipos de eventos culturais e sociais que podem promover uma interação mais pessoal entre o refugiado e os demais integrantes do ensino por parte de universidades é extremamente limitada.

Sendo assim, pode-se ver que é imprescindível que se atente para as barreiras frente a integração do refugiado no espaço da universidade durante o seu período de estudo, para que se possibilite o máximo possível a conclusão da graduação e o alcance de uma

experiência de educação e integração efetiva. Ainda que haja diversas medidas adotadas no contexto brasileiro para uma assistência aos refugiados frente a essas barreiras, elas são primordialmente adotadas por um só ator, a CSVN, que não consegue por si implementar todas as suas propostas de maneira igualitária e completa entre todas as universidades a si afiliadas, e ao mesmo tempo as iniciativas adotadas pelas próprias universidades também se mostram muito limitadas para representarem uma diminuição da barreira que esses fatores colocam em frente a integração, principalmente no sentido da tolerância cultural. Portanto, é possível observar, no Brasil, a existência de algumas medidas cujo objetivo é garantir a integração acadêmica do refugiado em universidades, porém, as iniciativas hoje presentes não são suficientes, e mostram que ainda existe algum caminho a percorrer para assegurar tal integração.

5. Bibliografia

ACNUR. **Turn The Tide: Refugee Education in Crisis**. Genebra, 2018.

ACNUR Brasil. **Cátedra Sérgio Vieira de Mello: Relatório de atividades, 2018**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/09/Relatório-Cátedra-Sérgio-Vieira-de-Mello-2018_final.pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2018.

_____. **Termo de referência da cátedra Sérgio Vieira de Mello, 2016**. Disponível em: <Termo_de_Referência_CSVN_2016.pdf>. Acesso em: 17 de setembro de 2018.

_____. **Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil: Subsídios para elaboração de políticas**. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versão-Online.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

AZEVEDO, Amanda Moraes; DANTAS, Ana Carolina Pinto. Inadequate Integration of Refugees in Brazil as a Violation to the Right of Human Dignity. **Revista do CEPEJ**, Salvador, V. 20, 2017.

DRYDEN-PETERSON, Sarah. **The Politics of Higher Education for Refugees in a Global Movement for Primary Education**. *Refuge: Canada's Journal on Refugees*. Toronto, v. 21, n. 2, 2010.

EURODYCE. **Integrating Asylum Seekers and Refugees into Higher Education in Europe**: National policies and measures. Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2019.

EVANS, Ceryn; REES, Gareth; TAYLOR, Chris; WRIGHT, Caroline. 'Widening Access' to higher education: the reproduction of university hierarchies through policy enactment. **Journal of Education Policy**, 2017.

GÜNEY, Isil. **Widening Access to Refugees**: Responses of Austrian Public Universities. Krems: Danube University, 2017. Tese de mestrado.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Refúgio em números**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/01/refugio-em-numeros-2010-2016.pdf>>

MOREIRA, Julia Bertino. O Papel das Cátedras Sérgio Vieira de Mello no processo de integração Local dos Refugiados no Brasil. **Monções**, 2015.

_____. **Política em Relação aos Refugiados no Brasil (1947-2010)**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012. Tese de doutorado.

MOSTAFA, Ola. **Integration of Refugees in Austrian Universities**. Krems: Danube University, 2017. Tese de Mestrado.

NAIDOO, Loshini; WILKINGSON, Jane; ADONIOU, Misty; LANGAT, Kiprono. **Refugee Background Students Transitioning Into Higher Education**: Navigating Complex Spaces. Springer, Singapura, 2018.

ONU, **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**, 1951.

ONU Brasil. **Dia Mundial do Refugiado celebra integração, promove cultura e debate os desafios do refúgio no Brasil**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/dia-mundial-do-refugiado-celebra-integracao-promove-cultura-e-debate-os-desafios-do-refugio-no-brasil/>>. Acessado em: 11 de junho de 2019

POLYDORO, Suely; PRIMI, Ricardo, SERPA, Maria de Nazaré da F.; ZARONI, Margarida M. Hoepfner; POMBAL, Kelly Cristina Pereira. Desenvolvimento de uma Escala de Integração ao Ensino Superior. **Psico-USF**, v.6, n.1, p.11-17, jan./jun. 2001

RIENTES, Bart; BEAUSAERT, Simon; GROHNERT, Therese; NIEMANTSVERDRIEY, Susan; KOMMERS, Piet. **Understanding academic performance of international students: the role of ethnicity, academic and social integration**. Springer, 2011.

SILVA, Carla; ABRANTES, José Luis; DUARTE, Isabel. Integração Social e acadêmica dos alunos provenientes dos PALOP no Ensino Superior Português: Um Estudo de caso. **Cabo Verde Redes e Desenvolvimento Regional**, Cabo Verde, 2009.

STEVENSON, Jacqueline; BAKER, Sally. **Refugees in Higher Education: Debate, Discourse and Practice**. Emerald Publishing Limited, Bingley, 2018

UNICAMP. **Dia Mundial do Refugiado será comemorado com atividades na Praça da Paz**. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/eventos/2019/06/11/dia-mundial-do-refugiado-sera-comemorado-com-atividades-na-praca-da-paz>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS. **Programa campanha da fraternidade: Políticas públicas - refugiados**. Disponível em: <<https://www.unisantos.br/portal/acontece/programa-campanha-da-fraternidade-politicas-publicas-refugiados/>>. Acessado em: 11 de junho de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. **Dia Mundial do Refugiado**. Disponível em: <<http://cecs.ufabc.edu.br/index.php/eventos/394-dia-mundial-do-refugiado.html>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Evento protagonizado por estudantes da UFPR celebra o Dia Mundial do Refugiado e a Semana do Migrante**. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalfpr/eventos/evento-protagonizado-por-estudantes-da-ufpr-celebra-o-dia-mundial-do-refugiado-e-a-semana-do-migrante/>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

_____. **Exposição de painéis com histórias de refugiados será lançada dia 19 no Campus Rebouças**. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/paineis-com-historias-de-refugiados-sera-lancada-dia-19-no-campus-reboucas/>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

_____. **Festa de encerramento de projeto voltado para migrantes e refugiados acontece neste sábado – 9 de dezembro**. Disponível em: <<https://www.ufpr.br/portalfpr/eventos/festa-de-encerramento-de-projeto-voltado-para-migrantes-e-refugiados-acontece-neste-sabado-9-de-dezembro/>>. Acesso em: 11 de junho de 2019